

Falta de recursos deixa hospitais na UTI

ERALDO PERES

CR\$ 232 bi só reduzem dívida

O presidente interino da República, Inocêncio Oliveira, ao assinar a MP repassando Cr\$ 232 bilhões do Tesouro Nacional para a Saúde, para pagar os serviços da rede hospitalar, pôs um ponto final na ameaça de suspensão das internações feitas pela Federação Brasileira de Hospital (FBH). Mesmo assim, o presidente da Federação Carlos Ferreira, anuncia uma assembléia-geral dos hospitais para o dia 22, aqui em Brasília.

Ferreira explica que os 6 mil

500 hospitais fazem um milhão de internações por mês e empregam 700 mil pessoas. Ele garante que os hospitais estão exauridos, devendo aos bancos e não podem contar com uma fonte segura de recursos por causa dos constantes atrasos nos pagamentos do Governo. Para fevereiro os gastos do setor atingiram Cr\$ 360 bilhões. "Não dá para continuar de portas abertas, na situação atual e, ainda por cima, sujeito a todo o tipo de fiscalização".

O presidente da FBH lembra que o problema se arrasta desde 1988 quando a constituição não previu a fonte de custeio para a Saúde, agravado no ano passado com o corte do repasse dos 30% da Previdência para a Saúde. "Os cortes foram nos gastos com internação e ambulatório".

**Em fevereiro
os gastos
na área de
saúde
atingiram
CR\$ 360 bi**

fatório aos cem milhões de brasileiros que procuram os seis mil e 500 hospitais conveniados ao SUS. Atualmente, o governo paga US\$ 500 milhões por mês aos hospitais, um custo estimado em US\$ 60 por pessoa ao ano. Neste valor todos os serviços prestados pela rede pública estão incluídos. Na análise de Mosconi se houvesse um investimento per capita próximo aos US\$ 100, o SUS funcionaria muito bem e afastaria definitivamente a crise.

Na tentativa de contornar o caos no sistema, o ministro Henrique Santillo determinou que a partir de segunda-feira todos os hospitais sejam submetidos a auditorias. Os auditores vão considerar prioritariamente a qualidade do atendimento e detectar as principais distorções do sistema. Desta forma o ministro espera combater as fraudes e estabelecer procedimentos para melhorar a qualidade do atendimento a cem milhões de brasileiros.

O sistema de saúde brasileiro está na UTI e o motivo é a indefinição orçamentária. Para o ex-presidente do Inamps, Carlos Mosconi, o orçamento da Saúde, estimado em US\$ 9 bilhões para este ano, é uma ficção. Segundo Mosconi, este dinheiro possibilita apenas um serviço de atendimento à população e muito precário. Mas de forma alguma vai provocar o fechamento de hospitais, conforme argumenta a Federação Brasileira de Hospitais (FBH). "O Sistema Único de Saúde (SUS) já viveu crises piores, mais sérias e graves e nunca nenhum hospital fechou. O que pode acontecer é acabar com um ou outro serviço prestado, mas não fechar".

A ministro da Saúde, Henrique Santillo, vem negociando com o Ministério da Fazenda uma elevação nos recursos orçamentários para este ano em mais US\$ 3,9 bilhões. Segundo os técnicos do ministério, US\$ 12,9 bilhões já permitem um atendimento satis-

Problema se arrasta há 5 anos

O problema da saúde que não foi resolvido nos últimos cinco anos através da legislação complementar, parece estar sendo priorizado por alguns parlamentares neste ano de revisão constitucional e eleição. Propostas de alterações nos artigos da Constituição não faltam. São mais de 500, mas são poucas as emendas que garantem recursos para a manutenção do setor. Algumas até um tanto audaciosas.

Uma emenda propõe que no mínimo, 10% dos impostos da União e 15% dos impostos e transferência para estados e municípios sejam destinados para a Saúde. Outras mais modestas prevêm a criação de fundos de desenvolvimento do interior financiados pelas loterias ou ainda a incidência das contribuições sobre as folhas de pagamentos, o faturamento das empresas e até

sobre o lucro. As demais propostas de recursos para a saúde apresentam diferenças apenas quanto ao percentual de contribuição, mas não indicam fontes alternativas que não sejam os Tesouros da União e dos estados e municípios. Nestes casos, os índices seriam 30 e 85%.

Mas a maior parte das propostas dos parlamentares, destina-se a modificar as regras já existentes quanto ao direito e garantias dos brasileiros no setor Saúde. Elas suprimem ou acrescentam palavras como habilitação e reabilitação de pacientes, ou por vezes contemplam a medicina alternativa como forma de salvar o sistema de Saúde do caos atual. Neste caso, os parlamentares querem proteger a medicina alternativa garantindo para o segmento o incentivo financeiro pela União.